



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 24 de junho de 2016, às 14h00, o Excelentíssimo Desembargador-Presidente, Aldon do Vale Alves Taglialegna, o Excelentíssimo Desembargador-Vice-Presidente, Breno Medeiros, o Excelentíssimo Juiz Presidente da AMATRA, Luciano Santana Crispim, o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Presidência, Renato Hiendlmayer, e os servidores Fabíola Rios Monteiro Barbosa – Assessora da Diretoria-Geral, Fernando Costa Tormin – Secretário-Geral da Presidência, Marcos dos Santos Antunes – Secretário-Geral Judiciário, Álvaro Celso Bonfim Resende – Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Izabela Cabral de Abreu S. de Castro – Diretora Substituta da Secretaria de Gestão de Pessoas, Humberto Magalhães Ayres – Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Marcelo Marques de Matos – Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Suzana Lage Ferreira – Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Marcos Balduino de Oliveira - Diretor da Secretaria de Controle Interno, Ricardo Matias Pinheiro e Pedro Horácio Borges de Assis - Assessores do Gabinete do Desembargador-Vice-Presidente, Cássia Maria Sebba Kafuri – Coordenadora da Coordenadoria de Manutenção e Projetos, Maísa Bueno Machado – Coordenadora da Coordenadoria de Licitações e Contratos, José Everson Nogueira Reis – Coordenador da Coordenadoria de Material e Logística, Márcia Divina Bueno Rosa – Chefe da Divisão de Comunicação Social e Cerimonial, Gil César Costa de Paula – Secretário-Executivo da Escola Judicial, Robnaldo José dos Santos Alves – Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, Paulo Sérgio de Castro – Chefe do Núcleo de Engenharia da Coordenadoria de Manutenção e Projetos, Adnólia Pereira de Oliveira Aires – Chefe do Núcleo de Relações Institucionais, Flávia Ferreira Souza, Chefe da Seção de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Orçamento e Finanças, Flávia Ramos Queiroz Oliveira – Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Flávia Valeska de Oliveira Costa – Chefe do Escritório de Processos da Secretaria de Gestão Estratégica, Diogo Felipe de Aguiar - Chefe do Escritório de Projetos da Secretaria de Gestão Estratégica, Grasielly Borges Assis Miguel – servidora do Escritório de Projetos Secretaria de Gestão Estratégica, Maria José de Lourdes – servidora do Núcleo de Estatística e Pesquisa da Secretaria da Corregedoria Regional, e Carlos Antônio de Moura - servidor do Núcleo de Projetos e Processos de Negócios da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações reuniram-se na Presidência do Tribunal para realizar a 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2016. O primeiro tópico da reunião foi a **apresentação e análise dos resultados dos indicadores do Plano Estratégico do TRT 18**. O Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Álvaro Celso Bonfim Resende, iniciou a reunião apresentando o resultado da Pesquisa de Qualidade de Vida no

Trabalho, que foi realizada no TRT 18 no mês de maio. Informou que o “Índice de qualidade de vida no trabalho” foi de 66,27% e que é necessário estabelecer metas para os próximos anos. Posteriormente, o Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Matos, apresentou os resultados dos indicadores da área-fim entre os meses de janeiro a maio do corrente ano. Noticiou que, até o mês de maio, o “Índice de processos julgados” no 1º grau foi de 92,78% e, no 2º grau, de 82,96%. O Secretário-Geral Judiciário, Marcos dos Santos Antunes, avisou que está finalizando o levantamento solicitado na última reunião do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, no sentido de averiguar o tempo médio de duração do processo no 2º grau e comunicou que enviará o resultado do estudo aos interessados. Após, o Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional tratou da meta nacional 2, relativa aos processos antigos julgados, mostrando que essa meta já foi alcançada, pois seu grau de cumprimento foi de 101,88% até o mês de maio. Quanto ao “Índice de conciliação – fase de conhecimento”, disse que foi de 38% até maio. O Excelentíssimo Desembargador-Vice-Presidente, Breno Medeiros, questionou se os acordos firmados na Semana da Conciliação já estavam contabilizados no resultado apresentado, quando foi cientificado que não estavam. Na sequência, o Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional comunicou que o “Índice de execução” foi de 72,19% até maio. Falou, também, que o “Índice de ações coletivas julgadas” foi de 90,77% no 1º grau. Em seguida, expôs que a meta nacional 7, relativa ao “Índice de redução do acervo dos maiores litigantes”, foi atingida, pois seu grau de cumprimento foi de 113%, mas destacou ser necessário atenção, já que essa meta leva em consideração o número de processos dos dez maiores litigantes distribuídos no mês e pode ocorrer um grande número de casos novos no decorrer do ano e a meta não ser alcançada. Depois, finalizou informando que, até maio, o “Tempo médio de duração do processo” foi de 165 dias, no 1º grau, e de 208 dias, no 2º grau. Após a apresentação desses resultados, foram discutidas algumas formas de melhorar os números do TRT 18 e ficou registrado que é necessário intensificar o treinamento no PJe, a fim de evitar erros de andamentos. O Excelentíssimo Desembargador-Vice-Presidente sugeriu que o treinamento no PJe fique a cargo da Secretaria-Geral Judiciária e, não, da Escola Judicial. Dando continuidade à reunião, a Coordenadora de Licitações e Contratos, Maísa Bueno Machado, apresentou o prazo médio dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços. Noticiou que no primeiro trimestre de 2016 o prazo médio do pregão foi de 123 dias corridos e 73 dias úteis, enquanto que no segundo trimestre foi de 107 dias corridos e 66 dias úteis, atingindo, portanto, a meta de 110 dias corridos. Avisou que todos os processos estão sendo acompanhados individualmente, assim como cada fase da contratação, o que vem permitindo o controle do tempo decorrido em cada atividade. Posteriormente, a Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Suzana Lage Ferreira, abordou os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, comunicando que, no primeiro trimestre de 2016, apenas 04 dentre 33 processos de inexigibilidade foram finalizados no prazo de 35 dias, enquanto que no segundo trimestre, 03 dentre 7 processos foram concluídos no prazo. Complementou, ainda, que no primeiro trimestre de 2016, houve 35 casos de dispensa e no segundo trimestre 06 casos, mas que nenhum processo foi finalizado no prazo. Após, sugeriu que os contratos continuados firmados por inexigibilidade ou dispensa de licitação sejam desconsiderados do cálculo e que, especificamente no caso de dispensa, sejam computadas apenas as que ocorrem por valor. Não houve divergência a respeito. Propôs, também, que a área responsável acompanhe os prazos de cada fase dos processos de inexigibilidade e dispensa. A Coordenadora Maísa Bueno Machado disse que fará o mapeamento e acompanhamento de tais processos. Na sequência, a Diretora Suzana Lage Ferreira expôs o resultado do “Índice de execução do orçamento disponibilizado”, que foi de 30,37% até maio, e destacou que a meta de 53,26% possivelmente será

ultrapassada. Em seguida, o servidor Carlos Antônio de Moura apresentou o sistema “Panorama Orçamentário”, que permite o acompanhamento da execução orçamentária do TRT 18 por meio de um conjunto de painéis de controle. O desenvolvimento dos painéis orçamentários é um pacote de trabalho do projeto “Ferramenta de acompanhamento da execução orçamentária”, que visa contribuir com o objetivo estratégico “Aperfeiçoar a gestão orçamentária”. Posteriormente, o Secretário-Geral da Presidência, Fernando Costa Tormin, falou do “Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados”, divulgando os resultados obtidos no primeiro e no segundo trimestre de 2016, quais sejam 58 dias e 44 dias, respectivamente. Acrescentou que foram excluídos do cálculo os assuntos férias e ajuda de custo. Por sugestão do Excelentíssimo Desembargador-Vice-Presidente, ficou deliberado que não haveria exclusão de nenhum assunto. Após, a Diretora Substituta da Secretaria de Gestão de Pessoas, Izabela Castro, explicou sobre o “Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a servidores”, citando os oito assuntos que compõem o cálculo desse indicador. Afirmou que o tempo médio foi de 118 dias no primeiro trimestre de 2016 e de 106 dias no segundo trimestre, bem como que a meta para este ano é de 100 dias. Destacou os casos de aposentadoria, esclarecendo que, se considerados os processos de aposentadoria por invalidez, o tempo médio gasto do requerimento do pedido até a publicação da portaria é de 43 dias corridos, e, se não considerados, é de 33 dias corridos, sendo que a meta proposta é de 30 dias corridos. O Excelentíssimo Desembargador-Vice-Presidente sugeriu que o tempo médio de todos os assuntos relativos a benefícios para servidores sejam computados no cálculo do indicador em questão e não apenas dos oito mencionados. Além disso, propôs medir os prazos dos processos de aposentadoria de maneira separada, por invalidez e sem invalidez, excluindo-se o tempo em que o processo fica sobrestado. Não houve discordância. Na sequência, a Coordenadora de Manutenção e Projetos, Cássia Maria Sebba Kafuri, mostrou os dados dos indicadores “Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas” e “Quantidade de novas edificações concluídas”. Informou que as Varas do Trabalho de Uruaçu, Jataí, Ceres e Caldas Novas foram modernizadas, batendo a meta estabelecida, e que, até o final deste ano, serão concluídas as unidades judiciárias de Quirinópolis, Itumbiara, Inhumas e Goianésia. Em seguida, passou-se para o segundo tópico da pauta: **Apresentação de novos projetos estratégicos.** A Coordenadora Cássia Kafuri apresentou o projeto “Plano de Continuidade do Negócio” e o Secretário-Geral Judiciário, Marcos Antunes, discorreu sobre os projetos “Carta de Serviços ao Cidadão” e “Reestruturação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania”, ressaltando, quanto a esse último, que não é necessário ter uma sala para cada Vara do Trabalho. Dando continuidade à reunião, a servidora Flávia Ramos Queiroz Oliveira, Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, tratou do terceiro tópico da pauta: **Análise da Proposta Inicial de Metas Nacionais – PIME apresentada pelo CSJT.** Explicou que a inserção desse item na pauta da reunião ocorreu com o objetivo de garantir o atendimento do processo participativo instituído pela Resolução CNJ nº 221/2016. Assim, leu cada uma das metas propostas pelo CSJT e pediu sugestões em relação a elas. No tocante às metas nacionais 1 e 2, não houve proposta de alteração. Quanto à meta nacional 3, o Excelentíssimo Juiz Presidente da AMATRA 18, Luciano Santana Crispim, argumentou que com a crise econômica não seria viável aumentar o índice de conciliação em 3 pontos percentuais e sugeriu como meta manter a média do biênio 2013/2014. Em relação às metas nacionais 5, 6 e 7, não houve proposta de alteração, sendo que o Excelentíssimo Desembargador-Vice-Presidente se colocou à disposição para visitar o Ministério Público a fim de auxiliar no cumprimento da meta 6. No que diz respeito às metas específicas da Justiça do Trabalho, Tempo médio de duração

do processo nos 1º e 2º graus, não houve sugestão de mudança. No entanto, ficou deliberado que o TRT 18 deve propor que quando da apuração do tempo médio nos 1º e 2º graus, não seja contado o período em que o processo esteja suspenso em virtude da ocorrência das situações que ensejam a alimentação do sistema NURER. Por fim, o Desembargador-Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Deu-se por encerrada a reunião às 16h15min. Eu, Flávia Ramos Queiroz Oliveira, Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei a presente Ata, que, a seguir, foi assinada pelos magistrados e servidores abaixo nomeados:

Aldon do Vale Alves Taglialegna

Desembargador-Presidente

Breno Medeiros

Desembargador-Vice-Presidente

Renato Hiendlmayer

Juiz Auxiliar da Presidência

Luciano Santana Crispim

Juiz Presidente da AMATRA 18

Fabíola Rios Monteiro Barbosa

Assessora da Diretoria-Geral

Fernando Costa Tormim

Secretário-Geral da Presidência

Marcos dos Santos Antunes

Secretário-Geral Judiciário

Álvaro Celso Bonfim Resende

Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica

Izabela Cabral de Abreu S. de Castro

Diretora Substituta da Secretaria de Gestão de Pessoas

Humberto Magalhães Ayres

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Marcelo Marques de Matos

Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional

Suzana Lage Ferreira

Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

Marcos Balduino de Oliveira

Diretor da Secretaria de Controle Interno

Ricardo Matias Pinheiro

Assessor do Gabinete do Desembargador-Vice-Presidente

Pedro Horácio Borges de Assis

Assessor do Gabinete do Desembargador-Vice-Presidente

Cássia Maria Sebba Kafuri

Coordenadora da Coordenadoria de Manutenção e Projetos

Maísa Bueno Machado

Coordenadora da Coordenadoria de Licitações e Contratos

José Everson Nogueira

Coordenador da Coordenadoria de Material e Logística

Márcia Divina Bueno Rosa

Chefe da Divisão de Comunicação Social e Cerimonial

Gil César Costa de Paula

Secretário-Executivo da Escola Judicial

Robnaldo José dos Santos Alves

Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC

Paulo Sérgio de Castro

Chefe do Núcleo de Engenharia da Coordenadoria de Manutenção e Projetos

Adnólia Pereira de Oliveira Aires

Chefe do Núcleo de Relações Institucionais

Flávia Ferreira Souza

Chefe da Seção de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Orçamento e Finanças

Flávia Ramos Queiroz Oliveira

Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica

Flávia Valeska de Oliveira Costa

Chefe do Escritório de Processos da Secretaria de Gestão Estratégica

Diogo Felipe de Aguiar

Chefe do Escritório de Projetos da Secretaria de Gestão Estratégica

Grasielly Borges Assis Miguel

Servidora do Escritório de Projetos da Secretaria de Gestão Estratégica

Maria José de Lourdes

Servidora do Núcleo de Estatística e Pesquisa da Secretaria da Corregedoria Regional

Carlos Antônio de Moura

Servidor do Núcleo de Projetos e Processos de Negócios da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações